



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 00762

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/335/2004 e na Deliberação CONSEMA 25/2004, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIA DAS COLINAS S/A
CNPJ: 03.025.305/0001-46
LOGRADOURO: AV. ANTONIO GAZZOLA, 1001
BAIRRO: JARDIM CORAZZA
MUNICÍPIO: ITU

CEP: 13301-245

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: RODOVIA MARECHAL RONDON
LOGRADOURO: SP 300
MUNICÍPIO(S): JUNDIAÍ, CABREÚVA, ITUPEVA, ITU, SALTO, PORTO FELIZ E TIETÊ

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MARECHAL RONDON - SP 300 NOS TRECHOS DO KM 72+200 AO KM 98+000, DO KM 102+000 AO KM 103+000 E DO KM 113+000 AO 158+650 E O CONTORNO DE ITU.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 (CINCO) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data: 17/03/04

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado

SUANI TEIXEIRA COELHO
Secretária Adjunta
Decreto 30555/89 art. 95-I



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00762

Para a emissão da Licença Ambiental de Instalação, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências, por meio da apresentação ou informação do que segue:

- 1) Detalhamento dos programas e subprogramas ambientais a serem implementados nas fases de implantação e operação, considerando todos os impactos ambientais previstos, informando as metas, o cronograma físico, os responsáveis, a forma de apresentação dos resultados, os indicadores a serem monitorados e as metodologias a serem utilizadas (procedimentos, equipamentos e periodicidade), as prioridades e a definição dos locais a serem monitorados (indicar a quilometragem). O detalhamento deverá indicar os impactos ambientais espacialmente e a proposição das respectivas medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, de forma a facilitar as atividades de acompanhamento da fase de instalação do empreendimento. Os cronogramas físicos dos programas deverão ser compatibilizados com o cronograma de instalação das obras e com os prazos estabelecidos durante o processo de licenciamento ambiental;
- 2) Especificamente em relação ao Programa de Recomposição Florestal referente à supressão de vegetação nativa e à intervenção em APP, deverá ser contemplado, em seu detalhamento, a identificação, localização e dimensões das áreas a serem reflorestadas, e a adequação de seu cronograma de implantação ao cronograma de obras de duplicação da rodovia;
- 3) Destinação final dos efluentes domésticos e dos resíduos sólidos domésticos a serem gerados nas instalações da obra, tais como canteiros de obra, alojamentos, restaurantes, frentes de obras, etc.;
- 4) Manifestação do DAEE para a execução de obras e serviços que interferem com os recursos hídricos superficiais, conforme o art. 3º da Portaria DAEE 717/96;
- 5) Projeto geométrico executivo;
- 6) Cronograma de execução do Programa Arqueológico compatibilizado com o cronograma de obras;
- 7) Projeto executivo do sistema de drenagem, incluindo os dispositivos de contenção de produtos perigosos derramados e, ainda, o sistema de drenagem provisório nas frentes de obra;
- 8) Localização das estruturas ou bacias para retenção de sedimentos e de contenção de derramamentos de produtos perigosos previstas no EIA, para as drenagens interceptadas pela obra, situadas a montante de captações de abastecimento público;
- 9) Projeto para estabilização ou remoção dos blocos rochosos com risco de queda nos taludes resultantes dos serviços de terraplenagem para a duplicação da rodovia, nos locais onde ocorrem matacões de granito, com destaque ao trecho entre os km 93+500 e 103+000 e Contorno de Itu;
- 10) Localização em planta e características geométricas (planta e seções) para as áreas de empréstimo e de bota-foras potenciais previstas ao longo da faixa de domínio e fora dela;
- 11) Localização e caracterização ambiental dos locais propostos para a implantação de canteiro de obras e de outras eventuais unidades de apoio;
- 12) Planos de utilização e de recuperação, considerando as medidas mitigadoras associadas, das áreas de apoio (empréstimo, bota-foras, canteiro de obras, acessos provisórios, e outras unidades de apoio);
- 13) Localização dos cursos d'água que serão objeto de controle instrumentado de assoreamento;
- 14) Projetos específicos para as travessias de fauna, contemplando as atividades previstas tais como cercas, reflorestamento e limpeza ou adequação para a passagem de fauna;
- 15) Adequação do Plano de Ação de Emergência - PAE existente para o lote de concessão sob responsabilidade da Rodovia das Colinas, considerando o empreendimento proposto;
- 16) Firmar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais - CPRN, atendendo a todas as exigências nele constantes, relativas à fase de obtenção da LI;
- 17) Apresentar a manifestação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA de Itu;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 02/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00762

18) Apresentar a manifestação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba/Médio Tietê e Piracicaba/Capivari/Jundiaí;

19) Manter os movimentos existentes no dispositivo de entroncamento do km 73+300.

Durante a fase de implantação da Duplicação da Rodovia SP-300, trecho entre Jundiaí e Tietê, deverão ser apresentados Relatórios Semestrais de Acompanhamento das Obras, informando a situação atualizada da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, dos Programas Ambientais e a situação atualizada do atendimento às exigências técnicas estabelecidas durante o processo de licenciamento ambiental. Esses relatórios semestrais deverão apresentar os resultados relevantes obtidos durante os monitoramentos ambientais previstos, contendo uma análise crítica da eficiência das medidas e dos programas ambientais preconizados para o empreendimento, indicando as eventuais não conformidades encontradas durante as obras e informando as respectivas ações corretivas implementadas.

Para a emissão da Licença de Operação deverá ser apresentado um Relatório Final de Instalação indicando a conclusão das obras e a situação do atendimento a todas as exigências técnicas e da implementação de todas as medidas e programas ambientais preconizados no processo de licenciamento ambiental.

O DAIA recomenda ao empreendedor:

a) o atendimento às condicionantes da manifestação do COMDEMA; e

b) gestões com as Prefeituras envolvidas para que estas desenvolvam iniciativas de controle do parcelamento e ocupação do solo para garantir um padrão de ocupação compatível com os planos diretores municipais.

XX
XX
XX
X

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem